

PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, bem como as Direções Estaduais e Municipais do partido, nos termos do artigo 15-A da Lei 9.096/95, não respondem solidariamente por obrigações assumidas por candidatos e por direção partidária contratante. Artigo 6º. Nenhum candidato apresentado pelo PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA para a Justiça Eleitoral está autorizado a contratar para sua respectiva campanha eleitoral, serviços e ou adquirir bens em nome do partido (circunscrição nacional, estadual ou municipal), mesmo que tal candidato ostente cargo de direção partidária. Artigo 7º. Toda e qualquer doação eleitoral que fora realizada em desacordo com a legislação eleitoral vigente, não poderá ser aplicadas nas campanhas eleitorais do partido neste ano de 2018, e deverão ser obrigatoriamente devolvidas, no final das eleições de 2018, à União, e em caso de recurso oriundo de fonte vedada, deverão ser devolvidos imediatamente ao respectivo doador, nos termos da legislação eleitoral vigente. Parágrafo Único. O candidato que eventualmente for beneficiado pelo recebimento de recursos de origem considerada de fonte vedada pela Justiça Eleitoral, responderá pela referida irregularidade, que será aferida no ato da análise e julgamento de sua respectiva prestação de contas eleitoral perante a justiça eleitoral. Artigo 8º. A Direção Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, não se responsabilizará por qualquer débito assumido por candidatos e ou Direção Executiva Estadual do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA de quaisquer Unidade da Federação, seja oriundo de débito de campanha ou não, os quais não tiverem anuência expressa da Direção Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, nos termos do artigo 29, § 3º da Lei 9.504/1997. Artigo 9º. Os casos omissos ou controvertidos serão dirimidos pela Comissão Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, se necessário. Artigo 10. Esta Resolução interna partidária entra em vigor na presente data.

Barrinha/SP, 24 de março de 2018.
ADILSON BARROSO OLIVEIRA

Presidente Nacional

RUTE FERREIRA DE LIMA OLIVEIRA
Primeira Secretária Nacional

PAULO FERNANDO MELO DA COSTA
ADVOGADO OAB/DF 19.772

PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 2/2018

A Executiva Nacional, em consonância com o contido no artigo 7º, parágrafo primeiro da Lei nº 9.504/1997 e na Resolução nº 23.548/2017, artigo 8º, parágrafo quarto, expedida pelo E. Tribunal Superior Eleitoral acerca da escolha e registro de candidatos nas eleições de 07/10/2018, RESOLVE expedir as seguintes instruções complementares às normas estatutárias:

CAPÍTULO I

Seção única

Das Disposições Gerais

Art. 1º - Deverão ser observados irrestritamente por todos os Dirigentes Partidários em nível nacional, estadual e municipal, as seguintes disposições que norteiam o PMN desde a sua constituição.

Art. 2º - As coligações proporcionais e majoritárias em cada Estado serão avençadas, "ad referendum", da Convenção Nacional, na forma e termos estabelecidos pela Executiva Nacional.

Art. 3º - Na forma do disposto no inciso VII do art. 32 dos estatutos partidários, serão consideradas inexistentes, coligações que deixem de atender os dispositivos desta Resolução, não podendo ser deferidos seus registros pela Justiça Eleitoral.

Art. 4º - Salvo autorização expressa da Executiva Nacional, o PMN não autoriza a interposição em seu nome, de quaisquer medidas judiciais ou administrativas que visem obstar candidaturas de outras agremiações, devendo o interessado fazê-lo em seu próprio nome.

§ único - Eventuais multas que venham a ser aplicadas ao PMN em decorrência do descumprimento das normas eleitorais vigentes, serão de inteira responsabilidade pessoal dos que lhes deram causa, reservando-se o Partido, se for o caso, o direito de indicar bens pessoais dos infratores para garantia de juízo.

Art. 5º - O PMN só responderá por obrigações por ele expressamente autorizadas pela direção nacional, aplicando-se no que couber o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 6º - As direções partidárias que participarem do processo eleitoral de 2018, e candidatos, deverão observar na íntegra as disposições contidas, em especial na Resolução nº 23.548/2017, registro e escolha de candidatos e Resolução nº 23.553/2017, arrecadação e gastos de campanha, e demais resoluções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

CAPÍTULO II

Seção I - Das Inscrições de Candidatos.

Art. 7º - Só integrará a listagem de candidatos e cédulas de votação, o filiado que esteja:

- > no gozo de seus direitos políticos;
- > no exercício das atividades partidárias;
- > inscrito no partido até o dia 07.04.2018;

Seção II - Da Convenção Nacional.

Art. 8º - A convenção nacional que deliberará acerca do lançamento de candidaturas majoritárias estaduais e sobre coligações com outros partidos para o pleito de 2018, será realizada no dia 21 de julho de 2018, em Brasília/DF, iniciando-se às 09:00hs e estendendo-se até o cumprimento integral da pauta.

Art. 9º - As propostas de coligações majoritárias estaduais e/ou proporcionais contendo os termos nos quais o PMN estará inserido e o número de candidatos com o qual participará em cada um dos pleitos, deverão ser apresentados à presidência nacional até as 18:00hs do dia 16 de julho de 2018, sob pena de não inclusão na pauta da convenção nacional.

Seção III - Das Candidaturas

Art. 10º - O registro dos candidatos para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara Distrital, está subordinado ao cumprimento dos limites de vagas do partido ou coligação que deverá preencher o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo, até o número total de vagas fixado pela legislação vigente, salvo no caso de coligação, cujo número de candidatos resultará do consenso entre os partidos coligados.

Art. 11 - As convenções para escolha, pelos filiados habilitados, ao processo de escolha de candidatos que concorrerão às eleições proporcionais estaduais de 07 de outubro de 2018, serão realizadas entre os dias 22 de julho de 2018 e 05 de agosto de 2018, nas capitais de cada estado e no distrito federal.

§ único - As Direções estaduais darão ampla divulgação na imprensa falada e escrita, dos locais de votação dos filiados habilitados.

Art. 12. - As convenções serão realizadas com a presença de qualquer número de filiados habilitados, na forma constante dos estatutos vigentes.

Seção IV - Das Sobras de Campanha

Art. 13. - Eventuais sobras de campanha deverão ser depositadas, mediante identificação, exclusivamente na c/corrente bancária da direção estadual da circunscrição do pleito, conforme a origem dos recursos, até a data prevista para a apresentação das contas à Justiça Eleitoral.

Seção V - Do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)

Art. 14 - Em cumprimento ao artigo 16-C, parágrafo 7º, (incluído pela Lei nº 13.487/2017) e artigo 16-D, parágrafo 2º da Lei nº 9.504/1997 (incluído pela Lei nº 13.488/2017), a executiva nacional do PMN, por sua maioria absoluta, resolve: os pedidos de acesso ao recurso do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, deverão ser feitos pelos candidatos, por escrito aos órgãos estaduais a que estiverem vinculados, que encaminharão os requerimentos ao presidente da Executiva Nacional do PMN que, a seu critério, deliberará sobre o pedido, concedendo-o ou não, em conformidade com os objetivos pretendidos pelo partido, condicionando-o à concessão do CNPJ pela Receita Federal, abertura de conta bancária específica para recebimento desse recurso, no prazo de dez dias após a concessão do CNPJ, e ao deferimento do registro de candidatura pelo TRE respectivo.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no D.O.U

São Paulo, 3 de abril de 2018.

ANTONIO CARLOS BOSCO MASSAROLLO
Presidente Nacional

LUCAS ALBANO RIBEIRO DOS SANTOS
Secretário Geral Nacional

PARTIDO PROGRESSISTA

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PROGRESSISTAS, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto do Partido e, ainda, de acordo com a autonomia conferida pelo artigo 17 da Constituição Federal aos Partidos Políticos, e

Considerando que o artigo 7º da Lei nº 9504/97 e o art. 131 do Estatuto do Partido facultam à Comissão Executiva Nacional estabelecer normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações.

Considerando que o art. 63, § 1º do Estatuto do Partido estabelece que o Presidente da Comissão Executiva Nacional pode praticar todos os atos de competência da Comissão Executiva Nacional ad referendum desta.

RESOLVE:

Art. 1º Aos detentores de mandato de Deputado Federal, Estadual ou Distrital, e aos que tenham exercido esses cargos em qualquer período da legislatura que estiver em curso, é assegurado o registro de candidatura para o mesmo cargo pelo Partido, nos termos do art. 19, § 3º do Estatuto do Partido.

Parágrafo único. Na data da publicação do edital de convocação da Convenção Estadual do Partido para escolha de candidatos e celebração de coligações, o Presidente da Comissão Executiva Estadual informará ao Presidente da Comissão Executiva Nacional sobre a situação do disposto no caput, se for o caso.

Art. 2º Caberá à Comissão Executiva Nacional aprovar as coligações para as eleições majoritárias estaduais integradas pelo Progressistas.

§ 1º Na data da publicação do edital de convocação da Convenção Estadual do Partido para escolha de candidatos e celebração de coligações, o Presidente da Comissão Executiva Estadual encaminhará ao Presidente da Comissão Executiva Nacional o pedido para integrar coligação majoritária estadual

informando os nomes dos partidos pretendidos, os nomes dos candidatos previstos, e as razões para integrá-la.

§ 2º A Comissão Executiva Nacional ou o seu Presidente ad referendum daquela decidirá sobre a aprovação ou não da coligação no prazo de até 3 (três) dias e informará ao Presidente da Comissão Executiva Estadual, sendo considerada aprovada no caso de silêncio.

§ 3º O critério para avaliação do pedido discriminado no § 1º será a harmonia entre os Programas ou a compatibilidade política dos partidos da coligação no estado.

Art. 3º Se a Convenção Estadual do Partido se opuser, na deliberação sobre o disposto nos arts. 1º e 2º desta Resolução, poderá a Comissão Executiva Nacional ou o seu Presidente ad referendum daquela anular a deliberação e os atos decorrentes da Convenção Estadual do Partido.

§ 1º As anulações de deliberações dos atos decorrentes da Convenção Estadual do Partido deverão ser comunicadas à Justiça Eleitoral no prazo de 30 (trinta) dias após a data limite para o registro de candidatos.

§ 2º Se, da anulação, decorrer a necessidade de escolha de novos candidatos, o pedido de registro deverá ser apresentado à Justiça Eleitoral nos 10 (dez) dias seguintes à deliberação, observado o disposto no art. 13 da Lei nº 9.504/97.

SENADOR CIRO NOGUEIRA

PARTIDO DA REPÚBLICA

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1/2018

Estabelece normas e diretrizes para a realização das Convenções Estaduais do Partido da República - PR, para a celebração de coligações, indicação de candidatos a cargos eletivos e outras matérias relativas ao pleito eleitoral de 2018 em todo território nacional e disciplina o estrito cumprimento das deliberações do órgão de execução em nível nacional do Partido da República.

CONSIDERANDO os termos do disposto no artigo 3º, da Lei nº 9096/95;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução 23.548/TSE;

CONSIDERANDO o disposto na Lei 9.504/97;

CONSIDERANDO a competência da Comissão Executiva Nacional do Partido da República para deliberar, disciplinar e estabelecer normas e diretrizes sobre matérias de interesse do partido, usando de suas atribuições que lhe conferem os artigos 24 e 49 do Estatuto Partidário;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 45, 46, 47 e 48, do Estatuto Partidário;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, do Código de Ética do Partido da República;

A Comissão Executiva Nacional do Partido da República, usando de suas atribuições que lhe confere os artigos 7º, 12 e seus parágrafos, 24, 27 e 49 do Estatuto Partidário c/c artigo 7º, 8º e 13, todos com seus parágrafos, da Lei nº 9.504/97, resolve:

Art. 1º - Caberá aos órgãos de direção e/ou execução regionais do Partido da República em todos os Estados da Federação, por decisão da maioria absoluta, deliberar sobre as Convenções Estaduais, destinadas a indicar os candidatos a cargos eletivos, coligações e outras matérias relativas ao processo eleitoral para as eleições de 2018, devendo tais deliberações serem convalidadas e homologadas pela Comissão Executiva Nacional sob pena de nulidade.

Parágrafo único - Os órgãos de direção e/ou execução regionais do Partido da República em todos os Estados da Federação deverão apresentar, obrigatoriamente, para a Comissão Executiva Nacional da agremiação suas pretensões de coligações eleitorais, tanto nos pleitos majoritários como nos pleitos proporcionais e a indicação de candidatos a cargos eletivos ao pleito eleitoral de 2018, até 13/07/2018.

Art. 2º - O ato de comunicação das pretensões de coligações ou indicação de candidatos a cargos eletivos exigidas no artigo anterior juntamente com a data da realização da Convenção Estadual, deverá ser apresentado de forma prévia, sendo submetida ao crivo do órgão de execução nacional, para posterior deliberação nos termos das diretrizes e interesses partidários em nível nacional da agremiação.

Parágrafo 1º - A comunicação mencionada no caput deverá ser encaminhada da seguinte forma para homologação e autorização por parte da Comissão Executiva Nacional e deverá ter por escrito confirmação do recebimento da mesma:

a) Por fax, aos cuidados do Departamento Jurídico, através do nº (61) 3202-9922;

b) Por email, aos cuidados do Departamento Jurídico, através do e-mail: juridico22pr@gmail.com e/ou marina.torrazo@hotmail.com

Parágrafo 2º - No encaminhamento do ato de comunicação das pretensões de coligações ou indicação de candidatos a cargos eletivos juntamente com a data da realização da Convenção Estadual, deverão ser indicados os contatos para manifestação da Comissão Executiva Nacional, discriminando o fax, telefone, email e responsável, sob pena de serem considerados como válidos os contatos do PR Estadual constantes do cadastro do partido na página oficial do PR (www.partidodarepublica.org.br).

Art. 3º - Para a validade e eficácia da celebração das coligações ou indicações de candidatos ao pleito eleitoral em curso pelos órgãos de direção e/ou execução regionais do Partido da República, deverão ser expressamente homologadas e autorizadas